



Prefeitura de Ilhabela - SP

Professor de Educação Básica – PEB I – Educação Infantil

LÍNGUA PORTUGUESA

Leitura e interpretação de diversos tipos de textos (literários e não literários)	1
Sinônimos e antônimos. Sentido próprio e figurado das palavras	4
Pontuação	5
Classes de palavras: substantivo, adjetivo, numeral, artigo, pronome, verbo, advérbio, preposição e conjunção: emprego e sentido que imprimem às relações que estabelecem.....	9
Concordância verbal e nominal	21
Regência verbal e nominal	23
Colocação pronominal.....	26
Crase	27
Exercícios	29
Gabarito.....	39

MATEMÁTICA

Resolução de situações-problema, envolvendo: adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação ou radiciação com números racionais, nas suas representações fracionária ou decimal	1
Mínimo múltiplo comum; Máximo divisor comum.....	3
Porcentagem	6
Razão e proporção	7
Regra de três simples ou composta	10
Equações do 1º ou do 2º grau	12
Sistema de equações do 1º grau	17
Grandezas e medidas – quantidade, tempo, comprimento, superfície, capacidade e massa	20
Relação entre grandezas – tabela ou gráfico.....	22
Tratamento da informação – média aritmética simples	26
Noções de Geometria – forma, ângulos, área, perímetro, volume, Teoremas de Pitágoras ou de Tales	27
Exercícios	37
Gabarito.....	45

SUMÁRIO



LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

Estatuto dos servidores públicos municipais do Município da Estância Balneária de Ilhabela – Lei Complementar nº 1.326, de 26/10/2018: artigos 2º, 6 a 15, 24 a 26, 37 a 42, 47, 49 a 50, 63, 69 a 72, 74, 92 a 105, 114 a 120.....	1
Plano de cargos, carreira e vencimentos do Magistério Público Municipal da Estância Balneária de Ilhabela – Lei Municipal nº 1.327, de 26/10/2018: artigos 1º parágrafo único a 2º, 5º, 7º a 8º II, 16 a 39, 54 a 56, 63.....	15

CONHECIMENTOS PEDAGÓGICOS E LEGISLAÇÃO

A PRÁTICA EDUCATIVA DO PROFESSOR NA EDUCAÇÃO INFANTIL: A observação, registro e avaliação formativa.....	1
A organização e planejamento do espaço na educação infantil.....	1
A pedagogia de projetos didáticos.....	2
As relações entre a escola e a família.....	2
O comportamento infantil – o desenvolvimento dos afetos e das relações.....	3
O compartilhamento da ação educativa.....	3
O cuidar e o educar.....	4
OS AMBIENTES DE APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL: A brincadeira e o desenvolvimento da imaginação e da criatividade.....	7
A brincadeira na educação infantil nas perspectivas psicossociais, educacionais e lúdicas.....	7
Alfabetização.....	7
O currículo e a pedagogia da brincadeira.....	10
O desenvolvimento da linguagem oral.....	10
O desenvolvimento das artes visuais e do movimento.....	14
O trabalho com as múltiplas linguagens.....	15
A FORMAÇÃO PESSOAL E SOCIAL DA CRIANÇA: A criança, a natureza e a sociedade.....	15
As interações criança/criança como recurso de desenvolvimento: identidade e autonomia.....	16
O desenvolvimento humano em processo de construção – Piaget, Vygotsky e Wallon.....	16
O DESENVOLVIMENTO DA MOTRICIDADE: A importância da psicomotricidade na educação infantil.....	25
A psicomotricidade no desenvolvimento da criança.....	25
O lúdico e o desenvolvimento psicomotor.....	25
O papel da educação psicomotora na escola.....	26
A MATEMÁTICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: Ensinar e aprender matemática na educação infantil.....	26
Espaço e forma.....	27
Grandezas e medidas.....	27
Número e sistema de numeração.....	28
Exercícios.....	33
Gabarito.....	36

SUMÁRIO



BIBLIOGRAFIA

ARRIBAS, Teresa Lleixà. Educação Infantil: desenvolvimento, currículo e organização escolar. Porto Alegre: Artmed, 2004.....	1
BARBOSA, Ana Mae e CUNHA, Fernanda Pereira da. Abordagem triangular no ensino das artes e cultura visuais. São Paulo: Cortez, 2010.....	1
BARBOSA, Maria Carmen Silveira. Projetos Pedagógicos na educação infantil. Porto Alegre: Grupo A, 2008.....	2
BASSEDAS, Eulália. Aprender e ensinar na educação infantil. Porto Alegre: Artmed, 1999.....	2
EDWARDS, Carolyn; GANDINI, Lella e FORMAN, George. As cem linguagens da criança. Porto Alegre: Artmed, 2015.....	3
FERREIRA, Gláucia de Melo (org.). Palavra de professor(a): tateios e reflexões na prática Freinet. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2003.....	4
FERREIRO, Emília. Reflexões sobre alfabetização. São Paulo: Cortez, 2010.....	4
FONSECA, Lúcia Lima da. O universo na sala de aula: uma experiência em pedagogia de projetos. Porto Alegre: Mediação, 2009.....	5
FONSECA, Vítor da. Desenvolvimento Psicomotor e Aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 2008.....	5
FONSECA, Vítor da. Manual de observação psicomotora: significação psiconeurológica dos fatores psicomotores. Rio de Janeiro: Wak, 2012.....	6
FORMOSINHO, Julia Oliveira. Pedagogia da infância: dialogando com o passado: construindo o futuro. Porto Alegre: Artmed, 2007.....	6
HOFFMANN, Jussara Maria. Avaliação mediadora, uma prática em construção da pré-escola à universidade. Porto Alegre: Mediação, 2010.....	7
KISHIMOTO, Tizuko Morchida (org.). Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação. São Paulo: Cortez, 2009.....	11
LE BOULCH, Jean. Educação psicomotora: a psicomotricidade na idade escolar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.....	11
MARTINS, Mirian Celeste Ferreira Dias. Didática do ensino de arte: a língua do mundo: poetizar, fruir e conhecer arte. São Paulo: FTD, 1998.....	12
MEC – MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Referencial curricular nacional para a educação infantil. Brasília: MEC/SEF, 1998. v.3.....	13
MEREDIEU, Florence de. O desenho infantil. São Paulo: Cultrix, 2006.....	89
MEUR, A. de. Psicomotricidade: educação e reeducação: níveis maternal e infantil. São Paulo: Manole, 1991.....	89
OLIVEIRA, Zilma Ramos de e outros. O trabalho do professor na educação infantil. São Paulo: Biruta, 2015.....	90
OLIVEIRA, Zilma Ramos. Educação Infantil: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2002.....	91
PANIZZA, Mabel e Colaboradores. Ensinar matemática na educação infantil e nas séries iniciais: análise e propostas. Porto Alegre: Artmed, 2006.....	91
PARO, Vitor Henrique. Qualidade do ensino: a contribuição dos pais. São Paulo: Xamã, 2000.....	92
PORTILHO, Evelise. Como se aprende? Estratégias, estilos e metacognição. Rio de Janeiro: Wak, 2009.....	92
REGO, Teresa Cristina. Brincar é coisa séria. São Paulo: Fundação Samuel, 1992...	93

SUMÁRIO



SILVA, Lucilene. Brincadeiras: para crianças de todo o mundo. São Paulo: UNESCO, 2007.....	93
SMOLE, Kátia Cristina Stocco. A matemática na educação infantil: a teoria das inteligências múltiplas na prática escolar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996	94
SMOLE, Kátia Stocco, DINIZ, Maria Ignez e CÂNDIDO, Patrícia. Resolução de problemas: matemática de 0 a 6. Porto Alegre: Artmed, 2003	94
TAILLE, Yves de La e outros. Piaget, Vygotsky, Wallon: teorias psicogenéticas em discussão. São Paulo: Summus, 1992.....	95
TEBEROSKY, Ana e CARDOSO, Beatriz (org.). Reflexões sobre o ensino da leitura e da escrita. Rio de Janeiro: Vozes, 2000	96
WALLON, Henri: Uma concepção dialética do desenvolvimento infantil. São Paulo: Vozes, 1986.....	96
ZABALZA, Miguel A. Qualidade em educação infantil. Porto Alegre: Artmed, 1998	97

LEGISLAÇÃO E DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil (atualizada). Brasília: Imprensa Oficial, 1988 (artigos 6º, 205, 206, 208 a 214).....	1
BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990: Estatuto da Criança e do Adolescente (artigos 1º ao 6º; 15 ao 18-B; 53 a 59-A; 131 a 138)	6
BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996: Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (atualizada) (artigos 1º ao 34, 37 e 38, 58 ao 67)	12
BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: SEB, 2017. (Educação Infantil).....	27
BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015: Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Capítulo IV – Do direito à Educação.....	28
BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva. Brasília: MEC/SECADI, 2008.....	30
BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014: Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências	38
BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Alfabetização. PNA – Política Nacional de Alfabetização. Brasília: MEC, SEALF, 2019	61
BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CEB nº 4, de 2 de outubro de 2009: Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial	61
BRASIL. Resolução CNE/CEB 04/2010 – Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Brasília: CNE, 2010.....	63
BRASIL/MEC. Resolução CNE/CEB nº 5/09 e Parecer CNE/CEB nº 20/2009: Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil	79
Exercícios.....	96
Gabarito.....	101

SUMÁRIO



Definição Geral

Embora correlacionados, esses conceitos se distinguem, pois sempre que compreendemos adequadamente um texto e o objetivo de sua mensagem, chegamos à interpretação, que nada mais é do que as conclusões específicas. Exemplificando, sempre que nos é exigida a compreensão de uma questão em uma avaliação, a resposta será localizada no próprio no texto, posteriormente, ocorre a interpretação, que é a leitura e a conclusão fundamentada em nossos conhecimentos prévios.

Compreensão de Textos

Resumidamente, a compreensão textual consiste na análise do que está explícito no texto, ou seja, na identificação da mensagem. É assimilar (uma devida coisa) intelectualmente, fazendo uso da capacidade de entender, atinar, perceber, compreender. Compreender um texto é apreender de forma objetiva a mensagem transmitida por ele. Portanto, a compreensão textual envolve a decodificação da mensagem que é feita pelo leitor. Por exemplo, ao ouvirmos uma notícia, automaticamente compreendemos a mensagem transmitida por ela, assim como o seu propósito comunicativo, que é informar o ouvinte sobre um determinado evento.

Interpretação de Textos

É o entendimento relacionado ao conteúdo, ou melhor, os resultados aos quais chegamos por meio da associação das ideias e, em razão disso, sobressai ao texto. Resumidamente, interpretar é decodificar o sentido de um texto por indução.

A interpretação de textos compreende a habilidade de se chegar a conclusões específicas após a leitura de algum tipo de texto, seja ele escrito, oral ou visual.

Grande parte da bagagem interpretativa do leitor é resultado da leitura, integrando um conhecimento que foi sendo assimilado ao longo da vida. Dessa forma, a interpretação de texto é subjetiva, podendo ser diferente entre leitores.

Exemplo de compreensão e interpretação de textos

Para compreender melhor a compreensão e interpretação de textos, analise a questão abaixo, que aborda os dois conceitos em um texto misto (verbal e visual):

FGV > SEDUC/PE > Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial > 2015

Português > Compreensão e interpretação de textos

A imagem a seguir ilustra uma campanha pela inclusão social.



“A Constituição garante o direito à educação para todos e a inclusão surge para garantir esse direito também aos alunos com deficiências de toda ordem, permanentes ou temporárias, mais ou menos severas.”

A partir do fragmento acima, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) A inclusão social é garantida pela Constituição Federal de 1988.
- (B) As leis que garantem direitos podem ser mais ou menos severas.



Matemática

A resolução de problemas matemáticos envolve a aplicação de uma variedade de recursos matemáticos, sendo que os princípios algébricos se destacam como uma parte fundamental desse processo. Esses princípios são classificados de acordo com a complexidade e a abordagem dos conteúdos matemáticos.

A prática constante na resolução de questões desse tipo é o que proporciona o desenvolvimento de habilidades cada vez maiores para enfrentar problemas dessa natureza.

Exemplos:

01. (Câmara Municipal de São José dos Campos/SP – Analista Técnico Legislativo – Designer Gráfico – VUNESP) Em um condomínio, a caixa d'água do bloco A contém 10 000 litros a mais de água do que a caixa d'água do bloco B. Foram transferidos 2 000 litros de água da caixa d'água do bloco A para a do bloco B, ficando o bloco A com o dobro de água armazenada em relação ao bloco B. Após a transferência, a diferença das reservas de água entre as caixas dos blocos A e B, em litros, vale

- (A) 4 000.
- (B) 4 500.
- (C) 5 000.
- (D) 5 500.
- (E) 6 000.

Resolução:

$$A = B + 10000 \quad (I)$$

$$\text{Transferidos: } A - 2000 = 2.B, \text{ ou seja, } A = 2.B + 2000 \quad (II)$$

Substituindo a equação (II) na equação (I), temos:

$$2.B + 2000 = B + 10000$$

$$2.B - B = 10000 - 2000$$

$$B = 8000 \text{ litros (no início)}$$

$$\text{Assim, } A = 8000 + 10000 = 18000 \text{ litros (no início)}$$

Portanto, após a transferência, fica:

$$A' = 18000 - 2000 = 16000 \text{ litros}$$

$$B' = 8000 + 2000 = 10000 \text{ litros}$$

$$\text{Por fim, a diferença é de: } 16000 - 10000 = 6000 \text{ litros}$$

Resposta: E.

02. (EBSERH/ HUSM/UFMS/RS – Analista Administrativo – AOCP) Uma revista perdeu $\frac{1}{5}$ dos seus 200.000 leitores.

Quantos leitores essa revista perdeu?

- (A) 40.000.
- (B) 50.000.
- (C) 75.000.
- (D) 95.000.
- (E) 100.000.



LEI COMPLEMENTAR Nº 1.326, DE 26/10/2018

DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE ILHABELA.

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE ILHABELA, MARCIO BATISTA TENÓRIO, no uso das suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Complementar:

TÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

(...)

Art. 2º Para os efeitos desta Lei Complementar, servidor público é a pessoa legalmente investida em cargo público, de provimento efetivo ou em comissão.

TÍTULO II - DO REGIME DE TRABALHO

CAPÍTULO I - DO PROVIMENTO

SEÇÃO I - DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 6º São requisitos básicos para investidura em cargo público:

- I -a nacionalidade brasileira;
- II -o gozo dos direitos políticos;
- III -a quitação com as obrigações militares e eleitorais;
- IV -o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo;
- V -a idade mínima de 18 (dezoito) anos;
- VI -aptidão física e mental.

§ 1º Assegura-se, às pessoas portadoras de deficiência, o direito de se inscrever em concurso público para provimento de cargo cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras, reservando-se até 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas em concurso.

§ 2º Na hipótese de ingresso em cargo amplo organizado por meio de perfis, o servidor, a interesse da Administração Pública Municipal e mediante seu consentimento, poderá ser mobilizado em perfil diverso, desde que respeitado o requisito correspondente.

§ 3º Legislação específica poderá regulamentar o ingresso de estrangeiros em situações afetas ao interesse público, desde que atendida a legislação federal atinente ao tema.

Art. 7º O provimento dos cargos públicos far-se-á por ato da autoridade competente de cada Poder Público Municipal, bem como de dirigente máximo de ente da Administração Pública Indireta Municipal.

Parágrafo único. A investidura em cargo público ocorrerá com a posse.

Art. 8º São formas de provimento de cargo público:

- I -Nomeação;
- II -Reversão;
- III -Reintegração;
- IV -Recondução;
- V -Aproveitamento;
- VI -Readaptação.



Conhecimentos Pedagógicos e Legislação

Na educação infantil, a prática educativa do professor é fundamental para o desenvolvimento cognitivo, emocional, social e motor das crianças. Uma das ferramentas mais importantes utilizadas pelo professor nesse processo é a observação, registro e avaliação formativa.

A observação consiste em observar atentamente as crianças em diferentes situações de aprendizagem, seja durante as brincadeiras, nas atividades em grupo, nas interações com os colegas e com o ambiente, entre outros. Através dessa observação, o professor consegue identificar as necessidades individuais de cada criança, suas preferências, habilidades e dificuldades, possibilitando assim um planejamento mais adequado e personalizado das atividades.

O registro é o ato de documentar as observações realizadas, seja por meio de fotografias, vídeos, anotações escritas ou desenhos. Esses registros ajudam o professor a acompanhar o desenvolvimento de cada criança ao longo do tempo, possibilitando uma análise mais aprofundada de seu progresso e das estratégias de ensino que estão sendo eficazes ou não.

A avaliação formativa tem como objetivo orientar e direcionar o processo de ensino-aprendizagem, fornecendo feedbacks constantes para as crianças e para o próprio professor. Ela é contínua e visa identificar os avanços e as dificuldades de cada aluno, promovendo a reflexão sobre as práticas pedagógicas e possibilitando ajustes e melhorias ao longo do percurso educativo.

Assim, a combinação efetiva da observação, registro e avaliação formativa na prática educativa do professor na educação infantil contribui para um ensino mais significativo e individualizado, capaz de atender às necessidades específicas de cada criança, promovendo seu desenvolvimento integral e favorecendo o seu processo de aprendizagem.

A organização e planejamento do espaço na educação infantil

A organização do espaço da Educação Infantil é de suma importância no processo de desenvolvimento e aprendizagem.

É no espaço físico que a criança consegue estabelecer relações entre o mundo e as pessoas, transformando-o em um pano de fundo no qual se inserem emoções

O espaço criado para a criança necessita ser organizado de acordo com a faixa etária da criança, isto é, propondo desafios cognitivos e motores que a farão avançar no desenvolvimento de suas potencialidades. Gandini (1990, p.150) diz que: “o espaço reflete a cultura das pessoas que nele vivem de muitas formas e, em um exame cuidadoso, revela até mesmo as camadas distintas dessa influência cultural”.

Segundo o Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil (1998, vol 1, p. 21-22): “as crianças constroem o conhecimento a partir das interações que estabelecem com as outras pessoas e com o meio em que vivem. Portanto, o conhecimento não se constitui em cópia da realidade, mas sim, fruto de um intenso trabalho de criação, significação e ressignificação”. As interações que ocorrem dentro dos espaços são de grande influência no desenvolvimento e aprendizagem da criança.

Segundo Vygotsky: “o ser humano cresce num ambiente social e a interação com outras pessoas é essencial ao seu desenvolvimento”. (apud DAVIS e OLIVEIRA, 1993, p. 56). Portanto um ambiente estimulante para a criança é aquele em que ela se sente segura e ao mesmo tempo desafiada, onde ela sinta o prazer de pertencer a aquele ambiente e se identifique com o mesmo e principalmente um ambiente em que ela possa estabelecer relações entre os pares. Um ambiente que permite que o educador perceba a maneira como a criança transpõe a sua realidade, seus anseios, suas fantasias. Os ambientes devem ser planejados de forma a satisfazer as necessidades da criança, ou seja, tudo deverá estar acessível à criança, desde objetos pessoais como também os brinquedos, pois só assim o desenvolvimento ocorrerá de forma a possibilitar sua autonomia, bem como sua socialização dentro das suas singularidades.



Bibliografia

O livro “Educação Infantil: Desenvolvimento, Currículo e Organização Escolar” de Teresa Lleixà Arribas, publicado pela editora Artmed em 2004, aborda temas essenciais relacionados à educação na primeira infância. A autora é reconhecida na área da educação e traz em sua obra reflexões importantes sobre o desenvolvimento infantil, o currículo e a organização escolar na Educação Infantil.

A obra inicia com uma contextualização da Educação Infantil, destacando sua importância na formação das crianças e ressaltando a necessidade de compreender a especificidade dessa etapa da educação. A autora explora os diferentes enfoques teóricos que embasam o trabalho com crianças pequenas, enfatizando a importância de uma abordagem que considere o desenvolvimento integral e as particularidades de cada criança.

Teresa Lleixà Arribas apresenta os princípios básicos do currículo na Educação Infantil, destacando a importância de um planejamento pedagógico que considere as experiências e vivências das crianças. Ela discute a organização do tempo e do espaço, a seleção de conteúdos e atividades, além de abordar a avaliação como um processo contínuo e formativo.

O livro também destaca a importância das interações e das relações afetivas na Educação Infantil. A autora ressalta a necessidade de um ambiente acolhedor e estimulante, que promova o desenvolvimento socioemocional das crianças e incentive a sua participação ativa. São exploradas estratégias de mediação pedagógica e o papel do professor como mediador no processo de aprendizagem.

Ao longo da obra, são apresentados exemplos práticos e relatos de experiências, que ilustram as discussões teóricas e oferecem subsídios para a prática pedagógica na Educação Infantil. A autora também enfatiza a importância da parceria entre a escola e a família, ressaltando o papel dos pais e responsáveis como parceiros no processo educativo das crianças.

Em síntese, o livro “Educação Infantil: Desenvolvimento, Currículo e Organização Escolar” de Teresa Lleixà Arribas é uma leitura essencial para profissionais da área da Educação Infantil, pois oferece uma base teórica consistente aliada a exemplos práticos e reflexões sobre o desenvolvimento, o currículo e a organização escolar nessa etapa tão importante da educação. A obra contribui para uma compreensão ampla e atualizada da educação na primeira infância, subsidiando a prática pedagógica e promovendo uma educação de qualidade para as crianças pequenas.

BARBOSA, Ana Mae e CUNHA, Fernanda Pereira da. Abordagem triangular no ensino das artes e cultura visuais. São Paulo: Cortez, 2010

O livro “Abordagem Triangular no Ensino das Artes e Cultura Visuais” de Ana Mae Barbosa e Fernanda Pereira da Cunha, publicado pela editora Cortez em 2010, aborda uma metodologia de ensino inovadora e abrangente para as disciplinas de Artes e Cultura Visual. As autoras são renomadas na área da educação artística e apresentam, nessa obra, reflexões e propostas práticas para o ensino das artes.

A abordagem triangular, desenvolvida por Ana Mae Barbosa, é fundamentada em três pilares interconectados: o fazer artístico, a apreciação estética e o contexto histórico-cultural. Essa abordagem propõe que o ensino das artes vá além do simples aprendizado técnico, buscando promover uma experiência completa e enriquecedora para os alunos.

O livro explora cada um dos pilares da abordagem triangular de forma detalhada. O fazer artístico engloba a criação e a produção de obras de arte pelos alunos, incentivando sua expressão criativa e o desenvolvimento de habilidades técnicas. São apresentadas atividades e estratégias para explorar diferentes materiais e técnicas artísticas, promovendo o desenvolvimento da imaginação e da sensibilidade estética.

A apreciação estética aborda a análise e a interpretação de obras de arte, sejam elas clássicas, contemporâneas ou produzidas pelos próprios alunos. As autoras exploram formas de desenvolver o olhar crítico e a capacidade de apreciar e interpretar diferentes manifestações artísticas, estimulando a reflexão e a construção de significados.



Legislação e Documentos Institucionais

Os direitos sociais são prestações positivas proporcionadas pelo Estado direta ou indiretamente, enunciadas em normas constitucionais, que possibilitam melhores condições de vida aos mais fracos, direitos que tendem a realizar a igualização de situações sociais desiguais. São, portanto, direitos que se ligam ao direito de igualdade.

CAPÍTULO II DOS DIREITOS SOCIAIS

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 90, de 2015)

Parágrafo único. Todo brasileiro em situação de vulnerabilidade social terá direito a uma renda básica familiar, garantida pelo poder público em programa permanente de transferência de renda, cujas normas e requisitos de acesso serão determinados em lei, observada a legislação fiscal e orçamentária. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 114, de 2021)

(...)

Educação, Cultura e Desporto

– Educação

A educação é tratada nos artigos 205 a 214, da Constituição. Constituindo-se em um direito de todos e um dever do Estado e da família, a educação visa ao desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

– Organização dos Sistemas de Ensino

Prevê o Art. 211, da CF, que: A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.

ENTE FEDERADO	ÂMBITO DE ATUAÇÃO (PRIORITÁRIA)
União	Ensino superior e técnico
Estados e DF	Ensino fundamental e médio
Municípios	Educação infantil e ensino fundamental

<https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:Zf8RGtlpQiwJ:https://www.grancursosonline.com.br/download-demonstrativo/download-aula-pdf-demo/codigo/47mLWGGdrdc%253D+&cd=3&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=b>

CAPÍTULO III DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO DESPORTO SEÇÃO I DA EDUCAÇÃO

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;